

MALÊS: UMA PASSAGEM A SER CONCRETIZADA

*Agnaldo Kupper**

RESUMO:

Malês eram escravos islamizados, que organizaram várias revoltas na Bahia, entre 1807 e 1835. Pertenciam às etnias 'hauça', 'nagô', 'tapa' e 'jeje'; originários do golfo de Benin. Muitos escravos maometanos tinham elevado padrão cultural: sabiam ler e escrever o árabe. As revoltas dos malês culminaram com a ocupação de Salvador em 1835, quando os escravos atacaram vários quartéis e prisões, mas acabaram sendo derrotados pelas forças policiais. Ao final deste último conflito, pelo menos oito soldados brancos e setenta negros estavam mortos, além de centenas de feridos. Foram presos 281 escravos, dos quais dezesseis foram condenados à morte. Analisar a presença malê, sua dispersão após a grande revolta de 1835 e o enraizamento de sua cultura entre nós, é resgatar para a História os rostos daqueles que lutaram e lutam por princípios, crenças e cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Escravos Islamizados; Revoltas; Permanência e Ruptura; Influências Malês.

ABSTRACT:

"Malê" were Islamized slaves who organized several revolts in Bahia between 1807 and 1835. They belonged to the 'Hauca', 'Nagô', 'Tapa' and 'Jeje' ETNIAS, and were from the Gulf of Benin. Many Moslem slaves had a high cultural standard: they could read and write in the Arabic language. The revolts of the Malê culminated in the occupation of Salvador in 1835, when the slaves attacked military quarters and prisons, but were defeated by police forces. At the end of this conflict, at least eight white soldiers and seventy negroes were dead, and hundreds were injured. 281 slaves were arrested and sixteen of them were sentenced to death. To analyze the Malê presence, their dispersal after the great revolt of 1835 and the roots of their culture among us is to rescue for History the faces of those who have fought, and still fight, for their principles, beliefs and citizenship.

KEY WORDS: Islamized Slaves; Revolts; Permanence and Rupture; Malê Influence.

Introdução

Quando assistimos à produção do cinema norte-americano "Malcom-X", podemos identificar influências de negros islamizados em território americano. Quando se observa algumas pessoas fazendo uso de amuletos, mal se sabe que há, no ato, uma influência malê. Ao observarmos o uso de trajes brancos às sextas-feiras em algumas áreas do território brasileiro, imaginamos ser uma tradição afro-brasileira; mais do que isso: é uma influência islâmica. Quando nos referimos à Praça Onze como o berço do samba, devemos relacioná-la como o berço das memórias nagôs.

* Docente na UniFil. Docente e Diretor Pedagógico no ensino médio e cursos pré-vestibulares. Autor de livros didáticos e paradidáticos. Doutorando na área de História e Sociedade. Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas da SEMA-PR. Diretor do Ateneu - Ensino Médio e Vestibulares. Escritor. E-mail: ateneucp@uol.com.br

Algumas tradições dos intitulados malês enraizaram-se entre os habitantes de porções do continente americano. Porém, não as identificamos como usos e costumes deixados por negros islamizados, que foram introduzidos nesta porção do planeta como negros boçais destinados à escravidão.

Capoeira, samba, candomblé, vatapá. O que seria do Brasil sem o legado da cultura africana? Certamente, não o mesmo que é hoje. O Brasil não comeria o que come, não rezaria o que reza, não dançaria o que dança, não cantaria o que canta.

Acredita-se ter sido de cinco milhões o número de negros trazidos da África e introduzidos como escravos no Brasil e, por mais de três séculos, jogados nas praias, florestas, morros e cidades.

Embora o nordeste brasileiro tenha sido a área que recebeu maior influência dos povos africanos, não há um só lugar no Brasil que não tenha se transformado pelo legado dos negros.

A historiografia brasileira, há algumas décadas atrás, preferiu adotar a tese segundo a qual os escravos “adaptaram-se bem” ao regime tirânico que lhes foi imposto no Brasil. O mito do “bom Senhor” quase adquiriu força de lei depois do lançamento, em 1933, de “Casa-Grande & Senzala”, de Gilberto Freyre. No início dos anos 1960, a “escola paulista”, liderada por Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, preferiu estudar a questão pelo lado da “coisificação” do escravo, quase ignorando as rebeliões da senzala. O próprio Cardoso chegou a insinuar, em diversos trabalhos, ser o negro escravizado um “instrumento passivo”. Ao contrário, a resistência dos escravos foi feroz e constante. A fuga, coletiva ou individual, não era a única forma de rebelião.

A interpretação da presença dos negros intitulados comumente de malês no Brasil, merece destaque, até porque a África dos séculos XIV e XV não era atrasada e primitiva, nem habitada apenas por negros brutos. Ao contrário, algumas regiões deste continente, neste período, mostravam-se mais evoluídas que algumas localidades européias (RODRIGUES, 1976).

Desde a fundação do Reino de Aksun, no século I da era cristã, que a civilização árabe, mais tarde muçulmana, espalhou-se pelo Egito, Sudão, antiga Rodésia, Costa Oriental e Ocidental, expansão que se intensificou com o advento do islamismo, no século VII. Grandes impérios como dos Almorávides, o de Gana, o de Mali, o de Songhay, estavam no apogeu quando da chegada dos europeus e suas intenções de escravidão. Os habitantes dos Reinos de Congo e Angola, bem estruturados, sabiam ler e escrever árabe e conheciam o islamismo e a álgebra; tinham sistemas agrícolas evoluídos, comércio bem regulamentado e estrutura de classes sociais, ao que se sabe. Os traficantes os viam como boçais, isto porque não entendiam seus dialetos.

A entrada de negros islamizados no Brasil, com concentração em Salvador e Rio de Janeiro, provocou um outro tipo de resistência, cuja intenção não foi apenas a de confrontar-se com a estrutura a que foram submetidos, mas também a de converter os exploradores.

A passagem destes negros islamizados pelo Brasil, não foi momentânea. Ficou e continua, mesmo após as tentativas frustradas das “guerras santas” empreendidas no Recôncavo Baiano no século XIX. Merecem análise mais profunda, em especial a pós-revolta malê de 1835, quando dispersaram-se e enraizaram-se no Rio de Janeiro e em outras áreas do Brasil, deixando marcas.

A Busca do Brasil pela Afirmação como Estado

Em 1835, o jovem Brasil dava seus primeiros passos, vacilantes, no sentido de portar-se como país. A década de 1830 mostrou-se agitada diante da nova realidade: a suposta independência de 1822. Tais agitações ocorriam em todos os quadrantes do território brasileiro, derivadas da grave crise econômica e dos confrontos entre os defensores da submissão à Coroa Portuguesa e os defensores de um Brasil livre.

No cenário político-partidário, os liberais moderados (chimangos) detinham o poder e tinham que enfrentar dois grupos antagônicos entre si: os restauradores (caramurus), a favor da volta de D. Pedro I ao trono brasileiro, e os liberais exaltados (farroupilhas ou jurujubas), mais radicais do que os chimangos na defesa de uma maior independência e do federalismo.

Não bastassem as crises internas na esfera do poder, no Grã-Pará a abdicação (renúncia) de D. Pedro I e o atraso nos pagamentos das tropas, motivaram a eclosão de um movimento que visava a deposição do presidente da província. No Maranhão, ocorreu uma tentativa de tomada de poder pelos jurujubas, explorando argumentos como o nacionalismo contra a influência lusitana local. No Ceará, ergueram-se os restauradores a pretexto de considerarem nula a abdicação de D. Pedro I. Em Pernambuco eclodiram a Setembrada e a Novembrada, ambas em 1831. Em 1832, ainda nesta província, caramurus promoveram a Abrilada, que viria inspirar a Cabanagem no Pará a partir de 1835. Outros movimentos agitaram a vida das Regências (1831-1840), como a Sabinada, onde baianos debatiam-se entre aceitar a nova realidade político-administrativa ou tentar a restauração. No Mato Grosso, os exaltados promoveram na década de 1830 diversos motins. No Rio Grande do Sul, a partir de 1835, aconteceu a Farroupilha, norteadas pelos atos dos Regentes. No Maranhão, a Balaiada, de grande expressão popular.

Enquanto desenrolavam estes acontecimentos dramáticos da vida política brasileira, a alta sociedade seguia incólume, divertindo-se nos salões da Corte do Rio de Janeiro ao som das composições de ilustres músicos como Francisco Manoel da Silva, que comporia em 1831 uma melodia de fortíssima conotação nacionalista em comemoração à renúncia do Imperador, e que se tornaria, mais tarde, o Hino Nacional Brasileiro. Ainda nos primeiros anos da década de 1830, Gonçalves de Magalhães trazia de Paris as sementes do Romantismo, que se oporia à escola clássica de Odorico Mendes e José de Natividade Saldanha. Em 1835, brilhava o gênio de Pierre Joseph, com obras arquitetônicas que mudariam a face da capital imperial, Rio de Janeiro.

Foi neste panorama político, social e econômico instável, aqui descrito resumidamente, do Período Regencial brasileiro (1831-1840), marcado por reviravoltas e transformações, que ocorreu o maior levante dos negros mulçumanos de Salvador.

Quem Eram os Malês?

A origem étnica dos escravos africanos que foram trazidos para o Brasil nunca foi devidamente esclarecida (KUPPER; CHENSO, 1998, p.52). As denominações de 'guiné', 'angola', 'nina' ou 'moçambique', indicam apenas indícios vagos dessa procedência, referindo-se mais a localidades de onde os negros provinham. Seja como for, abrangiam etnias e culturas as mais diversas, situadas numa vasta área, que se estendia da Guiné ao Sudão, abarcando a Região do Rio Congo (República do Congo e Angola) e a Costa do Índico (Moçambique).

Aos portugueses e brasileiros escravagistas, jamais importou saber a origem dos negros, desde que trabalhassem e fossem submissos (PRADO JR, 1963, p.269). A única distinção exigida era a do vigor físico, para melhor desempenho braçal.

Sobre os escravos africanos foram projetadas imagens das mais negativas. A África era tida como lugar do pecado e das trevas. As origens bíblicas destes negros estariam ligadas a duas maldições: seriam descendentes de Caim, aquele que por inveja matou o irmão Abel, e traziam na pele a marca do sinal imposto por Deus ou, então, membros da geração de Cam, filho de Noé, que deserdou o pai sendo condenado, juntamente com seus filhos, à escravidão. A América seria o lugar da purgação dos pecados bíblicos, atribuídos aos africanos. No Brasil, as atividades açucareiras reforçavam a imagem de colônia purgatória. Na verdade, os castigos impostos a estes escravos faziam com que o engenho de cana nordestino parecesse o inferno (isto nas primeiras décadas do início da colonização portuguesa no Brasil, a partir de 1530).

Chegando ao Brasil, os negros eram “pulverizados” através do território de então, dificultando os levantes de reação.

Apesar das informações controversas de vários autores, podemos classificar os escravos africanos estabelecidos no Brasil em três grupos: o primeiro, constituído por ‘iorubas’, ‘geges’, ‘fantis’, ‘ashantis’, ‘tapas’ e ‘fulanis’; o segundo, por sudaneses islamizados, dentre eles os ‘hauças’, ‘tapas’ e ‘fulanis’; e o terceiro formado por ‘bantus’, tais como os povos chamados no Brasil de ‘angola’, ‘congo’ e ‘moçambique’ (KUPPER; CHENSO, 2002).

Estima-se que através do Golfo da Guiné, principal porta de escoamento de africanos para a América, foram traficados cerca de cinquenta milhões de negros, sendo que cerca de cinco milhões destinados ao Brasil.

88 A escravidão americana não se liga, no sentido histórico, a nenhuma das formas de trabalho servil que procedem, na civilização ocidental, do mundo antigo ou dos séculos que seguiram, derivando da nova ordem que é inaugurada no século XV com os achamentos ultramarinos, e pertencendo inteiramente a ela (PRADO JR, 1963).

Ainda segundo Caio PRADO (1963), a escravidão introduzida na América, ao invés de brotar, como no mundo antigo, de todo um conjunto de vida material e moral, nada mais foi do que um recurso de oportunidade lançado pelos países da Europa a fim de se explorar as riquezas do Novo Mundo. Um negócio, apenas; com povos bárbaros e semibárbaros arrancados de um habitat natural e incluídos, sem transição, em uma civilização inteiramente estranha.

A massa escrava não era uma multidão sem rosto, como insistem alguns autores. Mais: na condição de escravos, redefiniram suas identidades. No Brasil, como em áreas tropicais em que foram introduzidos, estavam vinculados ao plantation (monocultura e latifúndio).

Não há como precisar a data exata da entrada dos primeiros negros escravos no Brasil. Oficialmente, a primeira remessa data de 1538, em navio de Jorge Lopes Bixorda (PRADO JR, 1963). Os navios negreiros aportavam no norte-nordeste ou no Rio de Janeiro, despejando suas cargas de humanos nos portos; daí eram dirigidos aos mercados de escravos, como o de Água dos Meninos em Salvador, ou o do Udongo, no Rio.

Vendidos como animais em feiras ou nos mercados, o preço das “peças” variava de acordo com a raça, idade e vigor físico. Normalmente os sudaneses eram usados nas tarefas da casa-grande. Os ‘congós’ e ‘minas’ iam para o trabalho nos canaviais, ou para a mineração ou então fazendas de café (KUPPER; CHENSO, 2002).

O negro nunca aceitou com resignação a condição de escravo. As fugas, as rebeliões, os quilombos, os freqüentes assassinatos de feitores e fazendeiros, são provas de resistência. Não raro, morriam de melancolia, sob uma doença conhecida como banze.

Além da formação de quilombos, os negros recorreram também à insurreição aberta contra a sociedade escravocrata. Foi o que ocorreu com os intitutados malês (negros islamizados) na Bahia, entre 1807 e 1835, uma vez que ali mostraram-se “mais conscientes de sua força ou de um nível cultural mais elevado, o que existia, particularmente, na Bahia” (PRADO JR, 1963).

Observando Nina Rodrigues (1976), a origem destes africanos nos remete às nascentes do Níger, prolongando-se ao Golfo da Guiné: o grande Reino Yorubá. Pertenciam às etnias ‘haucá’, ‘nagô’, ‘tapa’ e ‘gege’.

Os povos da África eram divididos em centenas de nacionalidades e grupos étnicos, com uma imensa variedade de culturas e religiões. No antigo Reino Mali (atuais Senegal, Mali, Borkina-Fanzo e Níger) no século XVI, como no moderno Reino da Etiópia, povos eram reunidos sob autoridade política única. Outras vezes, um reino era formado por apenas uma etnia, como é o caso dos ‘zulus’, no extremo sul (RODRIGUES, 1976).

Mary KORASCH (2000, p.64), criou uma imagem que seria uma leitura sensorial sobre os ‘minas’: (...) aqueles que eram orgulhosos, indomáveis e corajosos, falavam árabe e eram muçulmanos, eram alfabetizados, inteligentes e enérgicos, que trabalhavam duro para comprar sua liberdade.

Com a chegada do islamismo no norte da África, no século VIII da era cristã, iniciou-se a “islamização” de reinos africanos, sendo um dos motivos deste avanço muçulmano na África Ocidental e sub-saariana, o poder comercial daquela região. Não há dúvidas que a penetração do islamismo influenciou profundamente a história do norte africano e, de forma indireta, de todo o continente. A partir do século VIII até o XII, integrou toda a África setentrional, em uma imensa área cultural e econômica, desde o Egito, o Saara e, pelo sudeste, até o Sudão e quase toda a costa oriental da África (KUPPER; CHENSO, 2002, p. 192).

Quando a era dos grandes achamentos foi iniciada, ainda no século XV, os europeus dirigiam-se à África apenas pelo seu litoral ocidental, evitando o interior, desconhecido para eles. Principiou-se, com estas investidas, o tráfico de escravos, sendo estes remetidos a regiões coloniais como o Brasil.

Entre os países africanos islamizados, o dos ‘hauçás yorubanos’, ‘bantos’, ‘sanghay’, entre outros, foram introduzidos no Brasil, indistintamente, como malês (KUPPER; CHENSO, 2002, p.91).

Em 1835, depois de sucessivas rebeliões (1807, 1809, 1813, 1826, 1827, 1820 e 1820), quase dois mil negros insurgiram-se em Salvador, tomando quartéis e praticamente ocupando a cidade. Havia entre eles escravos e libertos, de origem étnica ‘hauçá’ e ‘nagô’. Lutavam contra o caráter oficial e exclusivo da religião católica (como pano de fundo) e também contra a escravidão e propriedade particular da terra (KUPPER; CHENSO, 2002).

A grande rebelião malê de 1835, fez temer que em terras do Brasil fosse repetida a Revolução do Haiti. Para tanto, as forças oficiais da Regência usaram de extrema violência contra o movimento que terminou com centenas de prisões, execuções, deportações e fugas em conseqüência das perseguições das autoridades.

As Diásporas dos Malês

Após o aborto imposto à Revolta de 1835 dos ‘minas-nagôs’, que colocou Salvador e região em polvorosa, ocorreu um grande êxodo de sobreviventes malês para a capital do Império (a cidade do Rio de Janeiro); isto porque o levante de janeiro exigiu das autoridades perseguições às comunidades afro-muçulmanas da Bahia, com as prisões abarrotando-se de suspeitos (SOARES, 2001, p.358).

Os que fugiam de Salvador com recursos próprios, refugiavam-se (ou procuravam fazê-lo) na cidade do Rio de Janeiro, já que esta mostrava-se, na primeira metade do século XIX, como a maior cidade “africana” do mundo ocidental, o que devia trazer aos fugitivos maior sentimento de proteção (KORASCH, 2000, p.64). Na Corte, circulavam livremente e envolviam-se com as capoeiras, o que trazia preocupação às autoridades e senhores, temedores de repetições das revoltas que assolaram a Bahia.

Segundo Carlos Eugênio Líbano SOARES (2001, p.358), em abril de 1835, a chegada de noventa e oito escravos da Bahia, de todas as origens, assustou ao chefe da polícia Eusébio de Queiroz, que emitiu ordens para que se barrasse a entrada de africanos provenientes da Bahia até “segunda ordem”. Ainda segundo Líbano Soares, Eusébio chegou a negar a permanência de malês na cidade-capital, mesmo após observar as fichas policiais limpas dos mesmos.

Outros negros foram transferidos para o Rio de Janeiro pelas mãos de seus próprios senhores, sabedores estes de que poderiam obter preços melhores por aqueles que, certamente, seriam perseguidos em Salvador.

Outro recurso usado pelas autoridades da Regência para se verem livres de ‘minas’ libertos foi a deportação para a África, com africanos islamizados cruzando o Atlântico de volta e aportando, geralmente, em Angola, como também em Serra Leoa e Moçambique, como nos diz Manuela Carneiro de CUNHA (1985): “Cesário, afinal, foi deportado para Benguela, a fim de justar-se à talvez vasta comunidade de minas em Angola, embora alguns não tenham tido esta sorte”.

A deportação para a África poderia ser vista por alguns membros da elite branca como um prêmio (...), mas era melhor do que ter cérebros ardilosos e perigosamente inteligentes integrados a uma vigorosa comunidade negra e no coração de uma cidade coalhada de africanos e escravos (SOARES, 2001, p.358).

Alguns dos deportados, voltaram à cidade do Rio, alguns deles, inclusive, para dedicação a negócios lucrativos na cidade (VERGER, 1987).

Mas se o Rio de Janeiro era local preferido dos remanescentes da Revolta de 1835 da Bahia, não foi o único. Deve ser investigada a dispersão malês por outras áreas do país na primeira metade do século XX, pois o Brasil vivia revoltas como a Balaiada, a Cabanagem, a Farroupilha, entre outras, o que, perante a dimensão dos movimentos, permitia aos refugiados passarem despercebidos nas províncias rebeldes.

A questão das minas era nacional, e por mais que na corte eles talvez tivessem mais projeção, era nas províncias mais estremecidas pelos movimentos políticos que eles encontravam facilidade para se esconder em meio à população escrava e, talvez, maior impacto de suas ações (SOARES, 2001, p.374).

Podemos identificar ainda o ingresso de representantes ‘minas’ nas revoltas liberais de Sorocaba e Barbacena em 1842, quando por ocasião do início do II Reinado (1840-1889), estimulados que foram pelos conservadores na luta contra os membros do Partido Liberal (MARINHO apud MATOS, 1986, p.34).

A sedução foi também usada entre os malês. A prática consistia em atrair o escravo e enviá-lo – com anuência e participação deste – para alguma fazenda da periferia da capital ou do interior, ou mesmo para algum quilombo. Não significava roubo, pois, como frisado, havia a concordância do próprio escravo. Porém, na primeira metade do século XIX, a prática de sedução passou a ser comum (a sedução era também praticada do campo para a cidade ou na própria Corte), o que nos permite indagar a respeito da possível proliferação da “Guerra Santa” para o interior do centro-sul do Brasil.

Assim como se tem notícia da penetração de fugitivos ‘cabanos’ para os morros do Rio de Janeiro, por que não imaginar a de ‘minas’ (malês) nestes mesmos locais? Aqui, fica mais uma suspeita.

A tentativa malê de islamizar Salvador, ajuda a compreender as lutas políticas entre grupos subalternos (negros escravizados e libertos malês) e os grupos dominantes, sobretudo os elementos característicos da cultura mental que presidiram as tensões e conflitos das revoltas islâmicas que atingiram Salvador e o Recôncavo Baiano como um todo, na primeira metade do século XIX, assim como ajuda a identificar o engajamento de descendentes malês nas lutas sociais brasileiras dos séculos XIX e XX, buscando-se as suas diversas significações.

Conclusões

A história contemporânea caracteriza-se pela ausência de concordância de idéias, de opiniões. A multiplicação das pesquisas faz com que percamos a dimensão do conjunto, gerando fragmentações excessivas. Os historiadores perdem-se em seus próprios critérios, afirmando suas dúvidas e relativizando suas conclusões e críticas.

Na busca de significados e do funcionamento das sociedades, as mais diversas linguagens tornaram-se objetos privilegiados para as análises, vistas, cada vez mais, como metáforas da realidade. Os variados discursos (orais, rituais, escritos, musicais, arquitetônicos) passaram a ser codificados com maior frequência, procurando apreender seus elementos de tensão social e seus sentidos históricos, sua produção e sua circulação em um dado meio social. Ou seja, faz-se necessária a identificação de elementos da “micro-história” e sua valorização diante da tradicional “macro-história”.

Sabemos que História se faz desvendando os processos reais, levantando problemas. Sabemos que praticar História é desconstruir, é “comer pelas bordas”. Sabemos que fazer História concentra um duplo sentido: ação do sujeito que opera o conhecimento e a ação individual ou coletiva que foi considerada relevante em determinada fase da vida humana. Mas o que é relevante? Para quem? Podemos, sim, como historiadores, defender teses e revê-las quando oportuno. A vontade da verdade é insuficiente.

Nos dias atuais a aparente falência definitiva do marxismo teria estabelecido também a falência das preocupações políticas, estabelecendo-se na ciência histórica “a multiplicação do insignificante” (BURKE, 1992) ou “a fragmentação excessiva da operação historiográfica” (DOSSE, 1992), com os historiadores lançando mão de uma série de pesquisas sem a preocupação

do conjunto, de totalidade. Ao mesmo tempo, a análise reflexiva do historiador, ao que parece, procura acompanhar o mundo globalizado, seguindo as tendências de nossa complexidade contemporânea, trazendo-nos uma História, por vezes, sem conclusões críticas, com obras abertas. Neste sentido, não consigo imaginar a “história malê” interrompida no último levante dos mesmos, de que se tem notícia. As ações malês, em especial no século XIX e na Bahia, devem ser melhor interpretadas e nunca tratadas de forma descontínua, eventual e momentânea.

Uma ruptura abrupta com o período, ignorando-se as conquistas sociais, políticas e culturais leva, pois, à renúncia da liberdade e à valorização do Estado (RAGO, 2000).

Dar continuidade aos passos malês pós-1835, creio, faz-se essencial. Para onde foram?; por onde se espalharam?; como passaram a atuar em seus novos dias?; viraram católicos?; refugiaram-se na umbanda e/ou candomblé?; São questões que devem ser minuciosamente esmiuçadas e respondidas, para que esta história não se perca. Afinal a História foi e é marcada por lutas em defesa de liberdades contra velhos costumes, poderes e privilégios de classes e de grupos sociais. A partir das sucessivas revoltas malês, em Salvador, entre 1807 e 1831, e desenvolveu-se uma “tradição de audácia” do escravo baiano (REIS, 2003). Tais revoltas mostram-nos também, como sobreviviam escravos e libertos em uma sociedade escravocrata como a baiana.

Ao buscar-se a recuperação da trajetória dos chamados malês, não se deve resgatar o exótico ou o pitoresco, mas oferecer, através da compreensão crítica do caminho destes negros islamizados (e que como tal tentaram islamizar), um exemplo de cidadania, onde seja valorizada a luta e não a vitória.

92 Uma das conquistas da ciência foi mostrar que o processo de produção do conhecimento científico não se inicia por premissas universais aceitas como indiscutíveis e verdadeiras. No caso da trajetória malê no Brasil, pouco se tem de discutível e verdadeiro da forma como o assunto vem sendo tratado pela historiografia. Contrastar o corpo de conhecimento existente e disponível e a realidade que este corpo de conhecimento não consegue explicar, eis o que enxergo como relevante. Crê-se, baseado em muitos documentos existentes (e pouco explorados) espalhados em centros de documentação de Salvador, Rio de Janeiro e outras localidades; fica claro que a história dos malês ainda está por se completar.

Teriam estes negros, a que se faz referência após a grande Revolta de 1835, desistido da Guerra Santa apregoada? Refugiaram-se após o massacre imposto? Onde? Como?

Documentos sobre famílias malês podem ser encontrados até a década de 1910; ao menos no Brasil, quando algumas referências de refúgio dos mesmos na cidade do Rio de Janeiro e deportações para a África, foram feitas. Mas o ‘pré’ e o ‘pós’ ainda ressentem-se de explicações.

Referências

- CHIAVENATO, J. J. *Dicionário de folclore brasileiro*. São Paulo: Tecnoprint Ltda., 1972.
- FAGAN, Brian. *África Austral*. Lisboa: Verbo, 1970
- FILHO, M. *O negro no futebol brasileiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. São Paulo: José Olympio, 1951
- _____. *O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do séc. XIX*. 2.ed. Cia. Ed. Nacional, 1979.
- FONSECA JR., Eduardo. *Dicionário yorubá (nagô)/português*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- KUPPER, A.; CHENSO, P. A. *Malês: sangue em Salvador*. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2002.
- _____. *História crítica do Brasil*. São Paulo: FTD, 1998.
- LUNA, Luiz. *O negro na luta contra a escravidão*. Rio de Janeiro: Leitura, 1968.
- MURRAY, Jocelyn. *África: o despertar de um continente*. Madri: Edições Prado, 1998.
- PRADO JR. C. *Formação do Brasil contemporâneo*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- RAMOS, A. *O negro na civilização brasileira*. 1.ed. Rio de Janeiro: Liv. Edit. Casa do Estudante, 1956.
- REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês de 1835*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- RIOS, Adolfo M. de los. *O Rio de Janeiro imperial*. 2.ed. Rio de Janeiro: Toobooks, 2000.
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. Brasília: Nacional/MEC (INL), 1976.
- SALVADOR, José Gonçalves. *Os magnatas do tráfico negreiro*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1981.
- SOARES, C. E. L. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Unicamp, 2001.
- TAL, Luis Fulano de. *A noite dos cristais*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Baía de Todos os Santos (dos séculos XVII a XIX)*. Salvador: Corrupio, 1987.